

UMA INTERPRETAÇÃO INSTITUCIONALISTA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CATARINENSE

Thiago Periard, UFF/Petrobras
João Rogério Sanson, UFSC

Resumo

Este trabalho visa interpretar a formação econômica do Estado de Santa Catarina sob uma abordagem institucionalista, com a evolução institucional condicionada por sua dotação de fatores. Dessa forma, buscou-se uma interpretação complementar às apresentadas pela maioria das correntes que explicam o caso de desenvolvimento econômico catarinense. Há a busca do entendimento das dinâmicas que favoreceram o aparecimento de núcleos industriais no nordeste do estado, enquanto no planalto se pode observar uma elevada especialização na produção agropecuária. Destaca-se a importância das dotações geográficas para a constituição de atividades econômicas mais ou menos concentradas nas diferentes regiões do Estado. O próprio processo político pode condicionar de forma diferenciada, de acordo com a dotação, o tipo de negócios a serem apoiados. A partir dessa ótica também se pode observar como o sistema de transporte e as instituições de crédito se adaptaram às condições institucionais do Estado, os quais favoreciam determinado tipo de orientação econômica conforme as possibilidades econômicas de cada região do Estado. Ao longo de sua história, o Estado apresentou três tipos básicos de dotação de recursos naturais. O litoral pode ser caracterizado por apresentar dotações geográficas bastante favoráveis à implementação de atividades exploratórias de caça e pesca. O Planalto de Lages e o meio oeste se inseriram na atividade agropecuária de larga escala em áreas com facilidades de escoamento, de forma integrada com os estados vizinhos. Nestes lugares, o desenvolvimento das forças políticas levava a uma dinâmica interna que pouco favorecia o surgimento de mercados locais devido à elevada concentração de riquezas. Por fim, um terceiro tipo de dotação foram os vales associados à imigração europeia não lusitana, onde a dificuldade de implantação de monoculturas consolidou a pequena propriedade e o comércio. Aliado aos interesses governamentais, esse maior nível de relacionamento comercial que se reverteu na possibilidade de a região ingressar no processo de industrialização que se firmava nacionalmente no final do século XIX.

Palavras-chave: Institucionalismo, Dotações de fatores, Formação econômica.

1. Introdução

No presente artigo, busca-se descrever a evolução econômica de Santa Catarina sob uma ótica institucionalista que leva em consideração as restrições de dotações de fatores disponíveis na fase inicial da colonização do Estado. A ótica institucionalista é aqui entendida no efeito que as instituições têm sobre os custos transacionais do funcionamento dos mercados.¹ Assim como na visão institucionalista, leva-se em consideração todo o sistema no qual determinada economia está inserida, incluindo influências históricas e culturais que determinam o resultado final (ENGERMAN; SOKOLOFF, 1997). Com base nessa nova visão sobre o desenvolvimento econômico, propõe-se o exame das dotações de fatores que estavam presentes no início da colonização do território que deu origem ao Estado de Santa Catarina e por esse caminho uma leitura, sob a luz das idéias institucionalistas, de como se

¹ As ideias de Ronald Coase sobre custos transacionais, desenvolvidas originalmente na década de 1930, foram utilizadas em um conhecido estudo sobre a evolução do capitalismo por Douglass North (NORTH; THOMAS, 1978).

desenvolveram no Estado núcleos capitalistas aptos a sobreviver na concorrência nacional e internacional.

Para entender como as instituições catarinenses moldaram a estrutura produtiva do estado é necessário que se revise a formação econômica no final do século XIX. Nessa época, uma série de fatores, conjuntamente, influenciaram os rumos que seriam seguidos dali em diante. A geografia da região, a presença de mão-de-obra diferenciada e recursos naturais específicos limitaram a evolução de cada região e o uso dessas dotações disponíveis. Dessa forma, a partir das limitações impostas pela dotação de fatores locais surge um aparato institucional que evolui da interação de diferentes grupos de pressão política na sociedade e resultam em aparatos que permitem sustentar o crescimento econômico, resultando em melhorias na vida de grande parcela da população.²

Tem havido poucas tentativas de se explicar o desenvolvimento de Santa Catarina sob essa ótica, podendo se destacar como trabalho exploratório inicial nesse campo Juliana Daldegan de Lima (LIMA, 2003). Amaral e Sanson (AMARAL; SANSON, 2008) revisam as diferentes abordagens sobre o desenvolvimento econômico catarinense desde o ponto de vista institucionalista.

Na primeira seção, examina-se a dotação de fatores inicial de Santa Catarina. Para isso se buscará compreender a importância de seu relevo e localização geográfica, assim como as características comuns de seus habitantes, portanto a qualificação de sua mão-de-obra. Nessa seção, as dotações de fatores serão exploradas como uma maneira de demonstrar como as condições iniciais influenciaram o resultado futuro a partir da teoria de que as instituições podem ser compreendidas num processo evolucionário em que o ambiente conta para os resultados obtidos.

Na segunda seção, mostra-se como a dotação inicial de fatores moldou o desenvolvimento de instituições catarinenses como previsto pela teoria. Embora a influência não tenha sido homogênea, pode-se compreender, a partir da evolução histórica de cada região catarinense, um determinado padrão que resultou em arranjos distintos de estrutura fundiária e de influência política. Sobre o primeiro ponto, a presença de pequenas propriedades de terra na região de migração não lusitana ajuda a explicar o sucesso do surgimento de indústrias nessa região onde o ambiente institucional era mais favorável. Por

² Segundo Rosenberg e Birdzell (ROSENBERG; BIRDZELL, 1986, cap. 1), quanto mais as instituições evoluírem para estimular o nível de trocas maior será o grau de sustentabilidade do crescimento de longo prazo. Ou seja, quanto maior for o nível de pluralismo político e a flexibilidade de interesses, maiores serão as possibilidades de adaptação institucional às necessidades do desenvolvimento econômico.

outro lado, o ambiente institucional favorável ao mercado passava pela garantia de direitos de propriedade e da apropriação de resultados econômicos.

Na terceira seção, procura-se entender como a dotação de fatores inicial resultou em um ambiente institucional favorável ao surgimento de estruturas econômicas que ajudariam no processo de retroalimentação do ciclo virtuoso do processo de desenvolvimento econômico do estado. O surgimento de instituições bancárias e financeiras e de infraestrutura de transportes do foram importantes fontes de efeitos positivos para a indústria local.

2 As dotações de fatores em Santa Catarina

A conformação do território catarinense não estava estabilizada até o início do século XX. A Questão de Palmas, que envolvia parte do oeste catarinense e do Paraná, disputada com a Argentina, só fora resolvida em 1895, favoravelmente ao Brasil. O território do Contestado só foi alocado a Santa Catarina após a assinatura de um acordo de limites com o Paraná em 1916. Essa trajetória dificulta as tentativas de traçar limites históricos ao se analisar como se sobrepuseram os diversos fluxos sociais que originaram o mesmo espaço. Alcides Goularti Filho, por exemplo, que em sua tese doutoral focaliza a industrialização do estado, estabelece uma periodização cujo marco inicial é a década de 1880 (GOULARTI, 2002, p. 54-55). No entanto, delimitações temporais são pouco úteis ao se analisar dotações de fatores, que têm seus efeitos prolongados ao longo do tempo.

Deve-se lembrar que as origens do estado catarinense remontam à necessidade portuguesa de estabelecer colônias nas regiões mais austrais de suas posses estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. Santa Catarina ficava justamente no limite sul de suas posses, e por isso o governo inicialmente incentivou o estabelecimento de missões e colônias para a consolidação da propriedade dessas terras. Como forma de incentivar a migração para a região, explorou-se o litoral recortado de maneira que se criassem atividades de caça e de pesca marinha – destacando-se a caça à baleia – estabelecendo núcleos de colonização de imigrantes majoritariamente açorianos.

No planalto, estabeleceram-se colônias com fins estratégicos. Essa região teve como base econômica a pecuária e o cultivo do mate. O Planalto de Lages foi influenciado inicialmente pelo caminho de tropas que levava o gado e animais de carga do Rio Grande do Sul para São Paulo. Gradualmente a região foi integrada naturalmente aos campos de Vacaria na pecuária, incluindo também boa parte do meio oeste. A região do Vale do Rio do Peixe e o nordeste do estado integraram-se à produção do mate, voltados tanto para mercados do extremo sul e de países vizinhos como para o Paraná. A propriedade da terra permaneceu

concentrada e de certa forma os objetivos não se distanciavam daqueles dos primeiros núcleos colonizadores do Estado. O que interessava era a manutenção da propriedade territorial, e para tanto a estrutura que permitia uma exploração desses objetivos de forma mais racional e eficiente era o sistema de grandes propriedades de terra. (CEAG/SC, 1980.)

Com a solução da Questão de Palmas, a estratégia da União foi reforçar a ocupação do oeste catarinense via companhias colonizadoras, instalando principalmente gaúchos de ascendência alemã e italiana. Em reforço a isso, incentivou a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, de maneira a integrar o oeste catarinense e os pampas gaúchos ao mercado mais dinâmico do país. (GOULARTI, 2002, p.69-79.)

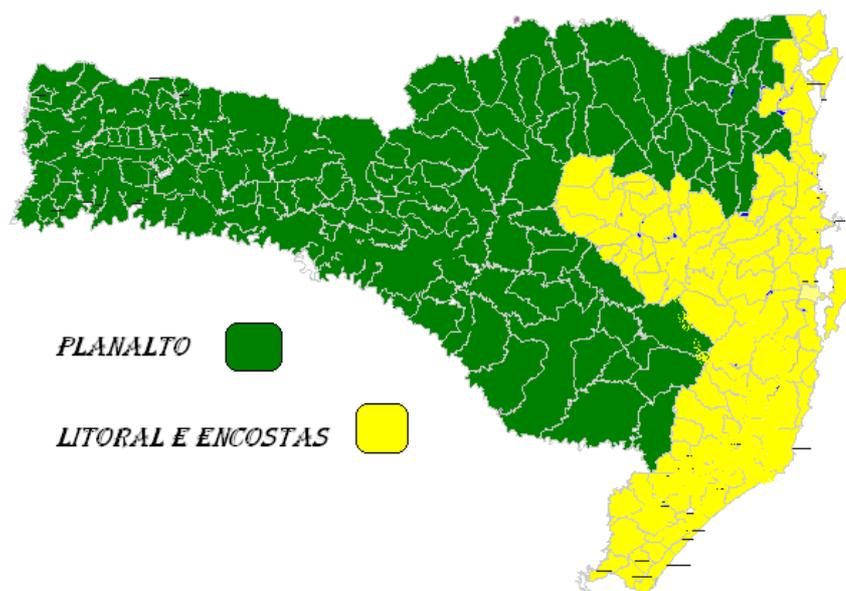
Na faixa de terra entre a Serra do Mar, ao norte, a Serra Geral, ao sul, e o litoral, desenvolve-se, a partir de meados do século XIX, uma colonização que já não estava inserida no plano colonial das migrações de origem lusitana ou gaúcha, orientadas para a ocupação e manutenção de fronteiras. Localizadas principalmente no Vale do Itajaí, estabeleceram-se imigrantes vindos da Europa com intenção colonizadora.

O relevo e as condições geográficas do vale do Itajaí não eram apropriados para a agropecuária de larga escala (PELUSO, 1991b, cap. 1). O relativamente estreito caminho entre as montanhas ao longo do Rio Itajaí-Açu e seus afluentes não viabilizava grandes fazendas. Também existia o interesse nacional em incentivar a vinda de imigrantes já que a escravidão estava com os dias contados, especialmente devido ao aumento da pressão inglesa para a extinção do tráfico negreiro. Por isso, o governo central buscou a alternativa de incentivar o estabelecimento de novos colonos em núcleos criados para abrigar tentativas de reconstrução de economias locais transplantadas da Europa para as possibilidades potenciais de exploração de uma terra nova.

Desta nova tentativa de ocupação territorial, surgiram colônias com dotações bastante diferentes das experimentadas pela colonização até meados do século XIX. Ao contrário do litoral, do planalto lageano e do oeste, o Vale do Itajaí não contava com abundância de recursos naturais que tornasse lucrativa a exploração de *commodities* em grande escala.

Portanto, a condição geográfica originou dotações de recursos bastante diferentes entre as regiões do estado catarinense. Enquanto o litoral explorava a caça de baleias até meados do século XIX, o planalto conseguia expandir a fronteira via a agropecuária e monoculturas, seguindo o modelo do Rio Grande do Sul, ou por meio da exploração das vastas florestas madeireiras ainda intactas. O Vale do Itajaí ficava numa situação desfavorecida por não possuir atrativos similares.

Pode-se observar pelo Mapa 1 a divisão básica do relevo catarinense em dois tipos de formação distintas que facilitam a visualização das regiões do estado e suas respectivas tendências: no planalto, as plantações de larga escala facilitadas pela topografia plana, no litoral, pesca proporcionada pela área de reprodução de baleias, e nas encostas delimitadas por grandes serras, dificuldade de acesso e, portanto, difícil formação de grandes fazendas.



Mapa 1 – Divisão básica do relevo catarinense
Fonte: Elaboração própria a partir de Peluso (1991b, p. 25)

Outro componente da dotação de fatores é a força de trabalho. Segundo essa visão, o fator humano tem sido decisivo na formação de determinados arranjos institucionais. Quanto mais a população fosse voltada a necessidades específicas da expansão da produção, mais as instituições refletiriam o tipo de produção predominante. Em algumas áreas, como nas colônias inglesas, o acesso à importação de escravos terminou décadas antes de outras, como foi o caso de Brasil e Cuba. (ENGERMAN; SOKOLOFF, 1997, p.276.)

Associada à dotação de trabalho, tem-se discutido a influência étnica do imigrante no desenvolvimento catarinense. A etnia, argumenta-se, teria tornado capaz o surgimento e desenvolvimento devido aos fatores culturais trazidos pelo imigrante germânico para o Vale do Itajaí, segundo a visão do empresário schumpeteriano. Esse argumento é criticado, pois diversas colônias de etnia e cultura similares não obtiveram o mesmo sucesso, ficando muitas vezes em situação atrasada e estagnada (AX-WILHELM; SANSON, 2002).

O histórico da ocupação territorial de Santa Catarina destaca a imigração como fator-chave para a constituição do Estado. Na primeira fase de colonização, fez-se a ocupação com açorianos como forma de sustentar a posse territorial para o estado português. Esses colonos estavam integrados ao sistema colonial, não havendo, portanto, possibilidades de explorarem os recursos locais de outra forma senão a estabelecida pela metrópole.

No oeste, a imigração evoluiu de forma a estender os domínios dos pampas gaúchos, permitindo uma expansão da fronteira agrícola sul-rio-grandense. Com isso, uma grande leva de migrantes gaúchos expandiram suas atividades comerciais já estabelecidas e também integradas ao sistema colonial no oeste do estado, resultando em um arranjo, assim como o litorâneo, de mão-de-obra cabocla destinada à perpetuação desse negócio.

No Vale do Itajaí, a colonização se deu de forma diferente. Os imigrantes não estavam sendo alocados para defender um objetivo sistêmico de necessidade de expansão de terras para fins de definição de fronteiras ou inserção diferenciada no sistema colonial. Ao contrário, os imigrantes que vieram para a região do nordeste catarinense buscavam oportunidades de recriação de seu estilo de vida europeu em terras brasileiras. De certo modo incentivada pelo governo, que gostaria de substituir a mão-de-obra escrava por assalariada, criou-se uma política imigratória. Como a Europa passava por crises que incentivavam o fluxo migratório para as Américas, promoveu-se a partir de meados do século XIX uma segunda onda de imigração para o sul do Brasil. (FURTADO, 1968, cap. 17.)

Uma das características desses imigrantes era a capacitação profissional elevada, comparada aos padrões brasileiros da época. Por pertencerem a países que já haviam adentrado a revolução industrial, muitos desses imigrantes já estavam acostumados com o ambiente de manufaturas e fábricas. Muitos deles eram mestres nessas atividades básicas do capitalismo inicial como ferreiros, marceneiros ou tecelões.

A melhor qualificação da mão-de-obra presente nos imigrantes do nordeste catarinense proporcionou sem dúvidas uma vantagem comparativa frente a outras regiões do estado que não detinham conhecimentos básicos em setores que iriam se desenvolver com a industrialização brasileira como a indústria têxtil. A colônia de Blumenau se beneficiou dessa presença de pessoas qualificadas dentro de sua sociedade, e esse pode ser considerado um dos fatores que determinaram o sucesso da cidade. No entanto, somente a presença desse fator isolado não é garantia de sucesso, o que seria uma extrapolação não referendada pelos fatos que mostram que nem todas as colônias alemãs foram bem sucedidas. O que essa dotação de fatores pode esclarecer é que quanto maior a presença de mão-de-obra qualificada maiores as chances de sucesso nessa região.

Portanto, procurou-se mostrar como o estado catarinense teve dotações de fatores iniciais diferentes em cada uma de suas regiões e que cada uma delas continha especificidades que acabariam se revelando determinantes para o desenrolar futuro de suas capacidades produtivas. A presença de recursos naturais, aliados à distribuição geográfica, perfaz uma das dotações de fatores geográficos. Por outro lado, a mão-de-obra permite fazer uma comparação da cultura como um todo e mais especificamente da inclinação a relações mercantis e especialização na divisão interna do trabalho. Com esses dois fatores, procurar-se-á mostrar a evolução das instituições catarinenses e o inter-relacionamento do desenvolvimento dessas instituições com o desenvolvimento econômico do estado. Com isso, busca-se abrir novas possibilidades para o estudo do caso catarinense e ligar esses fatores a todo o processo de industrialização regional.

3. A Definição dos direitos de propriedade

Para a análise de North e Thomas, a clara definição dos direitos de propriedade é característica fundamental das instituições econômicas (NORTH; THOMAS, 1978, p. 8). Somente aparatos institucionais com alto desenvolvimento do direito de propriedade, ou seja, com regras jurídicas bem definidas sobre apropriação dos resultados econômicos decorrentes dos investimentos privados, traduzidos em baixos custos transacionais, podem estar aptos a experimentar desenvolvimento econômico. A lógica do argumento é que se um determinado lugar não garante a apropriação do lucro por parte do empresário, haverá neste lugar uma escassez de oferta devido à instabilidade jurídica desse negócio, ou de forma análoga, se os custos transacionais são elevados não haverá estímulo às trocas realizadas no mercado, dado o alto risco institucional gerador de um peso morto indevido para a sociedade, impedindo o crescimento e por consequência o desenvolvimento num segundo momento.

Como a dotação de fatores foi fundamental para o desenvolvimento de colônias especializadas em atividades específicas ao ambiente às quais estavam inseridas, pode-se argumentar que as dotações de fatores de cada região fizeram com que as instituições, e, portanto, os custos transacionais, evoluíssem de acordo com as necessidades de cada sistema colonial específico. A evolução do sistema fundiário catarinense pode ser um objeto de análise que ajude a entender como a dotação de fatores contribuiu para a evolução de instituições mais ou menos voltadas para o mercado. Quanto mais as dotações geográficas favoreçam a monocultura maior será a tendência de organização social concentrada para a exploração de grandes superfícies de terras. Por outro lado, se as dotações geográficas não

forem favoráveis à monocultura, poderão surgir núcleos mais pulverizados quanto à concentração das posses da terra.

Outro ponto da análise institucionalista de North é a preocupação empresarial com a própria segurança do ambiente de negócios, envolvendo um jogo de interesses políticos que resulta em uma legislação mais ou menos inclinada aos interesses comerciais. Lugares em que o empresário consegue influenciar os agentes públicos para decisões em seu benefício tendem à apresentar maiores atrativos aos investimentos produtivos. Situações inversas onde o governo fosse mais influenciável por pressões das oligarquias beneficiárias dos lucros concentrados das monoculturas exportadoras tenderiam a estimular pouco as relações de mercado, devido à falta de interesse em estimular o surgimento de demanda interna.

Buscar-se-á nos relatórios dos presidentes da província³ indícios que possam esclarecer qual o grau de influência do empresariado e se suas demandas para um ambiente de negócios mais promissor e com condições de investimentos propícias ao nível de trocas no mercado, nas regiões do Estado. Desta forma tentar-se-á esclarecer mais sobre o ambiente de negócios enfrentados pelos colonizadores do estado e que tipo de interesses eles tinham para superarem as limitações impostas pelas dotações de cada região.

3.1 A propriedade de terras

Sokoloff e Engerman utilizam uma grande parte de sua discussão sobre dotações de fatores para apontarem as relações entre a dotação geográfica de uma região e as soluções possíveis para seu uso econômico. Seus argumentos podem ser resumidos na seguinte ideia: ambientes impróprios para o cultivo de monoculturas exportadoras levariam a uma divisão de terras mais igualitária. De modo contrário, ambientes propícios à monocultura tenderiam, pela necessidade evolutiva de minimizar custos, a apresentar uma configuração de propriedade mais concentrada. (SOKOLOFF; ENGERMAN, 2000.)

No início de sua colonização, o Estado de Santa Catarina foi basicamente uma área de atuação de uns poucos donatários que detinham grandes porções de terra. A própria Desterro foi, na prática, propriedade do bandeirante Francisco Dias Velho, o qual ao final do século XVII recebeu a missão de implementar uma cultura agropastoril na ilha de Santa Catarina. Ele, de fato, tinha como missão criar um núcleo colonial de apoio à defesa da fronteira sul da colônia brasileira na disputa entre Portugal e Espanha. O projeto terminou tragicamente com a

³ Os relatórios dos presidentes da província, depois governadores, estão disponíveis na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Estão também disponíveis na internet (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2011).

morte violenta de Dias Velho e de sua família, causando um longo atraso no desenvolvimento da vila. (GOVERNADORES, 1993, p.3-4.)

O sistema descrito acima, basicamente extrativista, tem exemplos diversos ao longo do Brasil onde o povoamento atendia às necessidades de um determinado tipo de dotação que favorecia o uso concentrado da terra em escala necessária para a monocultura. No nordeste brasileiro, esse tipo de ocupação territorial se deu com grande frequência devido ao alto grau de complementaridade com os produtos europeus, um clima favorável e amplas terras com boas dotações geográficas de solo fértil e pouca variação altimétrica. Isso fez com que fosse economicamente viável a exploração por meio da utilização de mão-de-obra escrava, que era utilizada como meio de apropriação para um só agente centralizador da economia.

O resultado desse ambiente geográfico foi o desenvolvimento de instituições favoráveis à concentração de terras e a aglomeração produtiva agrícola em grandes fazendas monocultoras devido às vantagens absolutas da especialização. Ou seja, devido às vastas áreas de terra agriculturável, o mais barato era o caminho da monocultura, até pela escala do investimento. Havia assim estímulo aos grupos interessados para pressionarem por instituições de apoio a esse tipo de exploração de forma concentrada e pouco sinérgica.

Em Santa Catarina, esse ambiente ocorreu naquela primeira fase de colonização do litoral e na ocupação do planalto, mas obteve um resultado fraco. Em contraste, o ambiente das encostas era pouco favorável ao sistema monocultor devido à estreita faixa entre a costa e as escarpas das serras. Além disso, a produção de óleo de baleia fora pouco lucrativa. (CANO, 1990, p. 112.)

Na fase de ocupação do Planalto de Lages, o ambiente foi favorável à grande propriedade. A influência dessa região no processo político catarinense, que vem da fase da pecuária, ainda é forte. O Censo Econômico de 1950 ainda mostrava uma alta concentração regional de áreas ocupadas por estabelecimentos com 10.000 hectares ou mais, estando 100% localizados no planalto, com 77% de sua área, na zona do Oeste, seguida pelos Campos de Lages, com 17%, e pela zona do Rio do Peixe, com o restante. Contudo, no total do Estado, observava-se entre 1950 e 1960 uma tendência à minifundização. (PELUSO, 1991a, p.233 e 251.) A ocupação do oeste catarinense ocorreu de forma bastante pulverizada ao longo do tempo, com um ritmo acelerado após a estabilização das fronteiras e com tendência à pequena propriedade (GOULARTI, 2002, p. 105).

Na região do Vale do Itajaí, as instituições de direito de propriedade se desenvolveram de forma diferente. Ao contrário das estruturas concentradas comuns no planalto, desenvolveu-se um dos casos de maior igualdade de distribuição de terra do país, onde a

pequena propriedade de terra permaneceu lucrativa, proporcionando ganhos internos que permitiram o desenvolvimento de toda a região. Adicionalmente, a Lei de Terras havia sido aprovada em 1850, o que facilitava o comércio de pequenas propriedades. As colônias alemãs recém instaladas puderam então se beneficiar desse novo ambiente institucional brasileiro. (MACHADO, 2007.)

Para que se entenda a formação social das colônias do Vale do Itajaí, é necessário que se destaque o papel, esquecido pela historiografia tradicional, das empresas colonizadoras que moldaram o perfil inicial dessa região (RICHTER, 1992). As principais empresas de colonização, dentre as quais pode-se destacar a Sociedade Colonizadora Hanseática, impuseram uma dinâmica de desconcentração de renda que não foi atingido por nenhum dos arranjos tentados anteriormente no país. Basicamente essas empresas vendiam pequenos lotes para imigrantes que quisessem largar suas vidas na Europa e tentar a sorte no Novo Mundo. Esse sistema de pequenos lotes levou a um arranjo onde a concentração de renda da colônia mantinha-se menor e incentivava a especialização e os ganhos de comércio advindos dessa especialização.

Portanto, ao optar por negócios privados que exploravam as potencialidades de uma região onde não seria possível o emprego das técnicas de monocultura, as companhias colonizadoras tiveram um papel importante a desempenhar na formação econômica de Santa Catarina. Ao buscarem lucros com a colonização, permitiram a constituição de colônias de propriedade pouco concentrada e, portanto, mais dispostas à divisão do trabalho e, por conseguinte do incremento de trocas. Com isso, robusteceu-se o capitalismo na região.

Essa é uma das principais decorrências das dotações de fatores no caso do sucesso nordeste catarinense. Por não dispor de possibilidades para a implementação de uma monocultura de larga escala, as atividades possíveis na colonização do Vale do Itajaí não despertavam os interesses dos grupos políticos interessados na concentração fundiária ou em monopólios estatais.

Em resumo, defende-se a importância da dotação de fatores nos rumos que levaram à especialização do planalto lageano na pecuária, do oeste na agroindústria e da região nordeste em um reconhecido centro de produção de produtos têxteis. A indústria têxtil origina-se do processo de formação econômica da região. Isto mostra a influência do meio no desenvolvimento de distintos arranjos institucionais que permitiram a evolução amplamente ancorada em seus fatores geográficos iniciais.

3.2 Apropriação dos resultados econômicos

A questão fundamental para North e Thomas (1978, p.5) é a de garantia de contratos que repercute em custos transacionais maiores ou menores e, por conseguinte, em maiores ou menores chances de desenvolvimento. A garantia de contratos ou a apropriação eficiente dos lucros deve, portanto, ser objeto de análise se se deseja entender as condições do desenvolvimento institucional de uma região. No caso catarinense não existem fontes disponíveis para o reconhecimento das políticas utilizadas para a garantia dos contratos, e nesse caso é necessário que o ambiente jurídico catarinense seja julgado também dentro do aparato maior no qual está inserido que é o aparato nacional.

Como não é intenção deste trabalho se deter nas decisões jurídicas que possam evidenciar o comprometimento do judiciário na defesa dos interesses empresariais, buscou-se evidências indiretas que oferecessem uma visão mais ampla na qual o processo de decisão judicial estivesse inserida. Isso decorre do lobby, via o processo político.

O grau de comprometimento dos políticos catarinenses para com os ideais da classe industrial, que começava a surgir no Estado ao final do século XIX, pode oferecer uma *proxy* para a análise dos efeitos da garantia de um ambiente propício a negócios. Via o estudo dos gastos públicos, pode-se entender se o governo realmente buscou garantir os interesses da classe industrial da região nordeste do estado. Essa avaliação da tendência dos gastos do governo em estímulos à atividade industrial ou assuntos de interesses correlatos de incentivo estatal para o ambiente de negócios é possível via os relatórios dos governadores das províncias no período de 1880 a 1900, portanto uma fonte primária.

Com a consolidação das migrações europeias não lusitanas na década de 1880, houve uma inversão na condução da política local catarinense. Antes as representações do estado eram em grande maioria definidas segundo as prioridades do império ou da metrópole na fase colonial. Esse tipo de representação política não atendia aos interesses internos de acumulação, pois estavam ligados aos interesses externos ao sistema catarinense, que a bem dizer não existia ainda em sua plenitude, devido justamente a essa falta de interesse de um projeto de interligação regional.

A falta de interesse do governo central em estabelecer núcleos efetivos de colonização acabavam se refletindo nas políticas que visavam tipicamente à instalação de postos militares avançados com o objetivo de demarcar e ocupar territórios preponderantemente em relação à intenção de estabelecimento de sociedades autossustentáveis. Esse arranjo político resultante das dotações iniciais que não incentivavam a tomada interna de decisões acabara por dificultar o desenvolvimento institucional pró-mercado, ou seja, como os interesses da metrópole ou da

capital se sobrepujam a qualquer interesse privado o ambiente não era favorável à instalação de negócios privados o que resultava em baixa dinâmica interna das forças do capital.

A partir da inversão ocorrida com as migrações e consolidada com a República, o governo estadual foi “capturado” pelas demandas internas dos industriais da região do Vale do Itajaí e outros núcleos de colonização europeia. É sabido que houve também uma inversão das prioridades políticas do governo central em relação ao incentivo à colonização no sul do país. Se antes o trabalho escravo era usado para a acumulação de capital na América, com a proibição do tráfico imposta pela Inglaterra tornou-se uma necessidade dos países que não dispunham de abundância de mão-de-obra indígena o incentivo à migração para a continuidade do crescimento das regiões. Com isso o governo federal buscou incentivar a vinda de colonos europeus, para suprir a falta de mão-de-obra que se instalaria na cafeicultura (ou outras monoculturas de exportação) devido à falta de escravos. Esse ambiente hostil ao uso de escravos fez com que o governo subsidiasse fortemente a migração, que foi facilitada pelos processos de unificação tardios pelos quais passaram Alemanha e Itália no séc. XIX. (FURTADO, 1968.)

Esta combinação de fatores tornou necessário que o subsídio dado pelo governo central para essas novas colônias fosse regulamentado sob um arranjo que já havia mostrado ter capacidade de alcançar sucesso pela experiência americana de empresas colonizadoras. Por meio de companhias de colonização como a Sociedade Colonizadora Hanseática o governo central brasileiro mudou o foco de seus incentivos ao favorecer a constituição de um sistema bem diferente, por ser fortemente subsidiado, do que vinha sendo adotado no antigo sistema colonial. As fundações das primeiras colônias alemãs e italianas nos moldes aproximados do que havia sido tentado nos Estados Unidos mostram uma mudança de direção no tipo de apoio dado às colônias do estado de Santa Catarina. No entanto, a tomada de poder por parte de Hercílio Luz parece marcar definitivamente essa inversão da atuação do governo estadual em apoio às colônias. (PAULI, 1976, p. 189 – 192.)

De acordo com os relatórios presidenciais de 1880 e de 1881, as principais obras de transporte do Estado se concentravam na tentativa de interligar o planalto de Lages a Tubarão e esse se revelou pelos anos seguintes o principal problema viário do estado recebendo somas elevadas de dinheiro comparada às outras obras. Nesse período, destaca-se o início das obras de estradas menores como a que ligava Curitiba a Blumenau, ou obras de melhorias nas cidades do Vale do Itajaí.

A partir dos anos de 1890, as obras continuam sem grandes mudanças perceptíveis nos relatórios dos governadores devido às dificuldades de financiamento enfrentadas pelo Estado

por problemas ligados à Revolução Federalista. No entanto, começam a surgir indícios mais fortes da constatação por parte dos governantes de que a interligação da região do Vale do Itajaí era fundamental para o desenvolvimento não somente desta, mas também da região da capital que já começava a ser atendida por produtos ali produzidos.

Hercílio Luz era próximo do empresariado de Blumenau, tendo sido Comissário da Terra em Blumenau, e lutou ao lado do governo federal na Revolução Federalista. A partir da vitória e da tomada do poder da capital, Hercílio Luz tomou atitudes que privilegiaram os interesses da classe econômica que havia apoiado os objetivos políticos dos primeiros governos republicanos.

Da análise dos relatórios de Hercílio Luz, já como governador, pode-se destacar que dentre as principais políticas adotadas estava o incentivo à construção de infraestrutura econômica, especialmente de estradas para o escoamento da produção e a interligação do Vale do Itajaí com os portos da região, permitindo um acesso facilitado de seus produtos ao mercado nacional. Outra atitude foi a construção de linhas telegráficas e a defesa dos interesses dos empresários por meio do incentivo às indústrias nascentes da região via um ambiente propício à manutenção de relações mercantis que se desenvolveram em um ambiente de negócios mais atrativo. Junte-se aí o aumento da cifras aprovadas para obras referentes aos interesses dos empresários do nordeste catarinense, além do incentivo à constituição da Sociedade Colonizadora Hanseática, que como se discutiu, teve papel decisivo na evolução das instituições da região.

No início dos anos 1900, Blumenau assume a dianteira dos investimentos estatais em obras de pavimentação e ferrovias. Como afirma o relatório de 1902 (p. 22), o governo estadual assume a necessidade de interligação de Blumenau com o oeste do estado por meio da interligação com a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Além das grandes obras que já vinham sendo encaminhadas para atender às necessidades das áreas de migração europeia não lusitana como a Estrada D. Francisca e a Ferrovia D. Teresa Cristina, que ganharam constantes melhoramentos.

Portanto, a partir da chegada de Hercílio Luz ao poder, que é utilizada como marco, embora a política governamental de incentivo às migrações da segunda onda fosse estimulada pelo governo federal, pode-se dizer que os interesses dos industriais estavam representados e alinhados com a plataforma política para a região. Esse fato é consistente com a chegada ao poder de alguns grupos políticos que eram ou tornaram-se grandes industriais, que usaram da política para incentivar o setor privado do qual também faziam parte, permitindo um ambiente

onde o interesse dos industriais estivesse representado pelos próprios empresários e, por conseguinte, com políticas que fossem benéficas para a garantia de seus resultados.⁴

Em resumo, tentou-se interpretar a evolução institucional da política catarinense condicionada pelas dotações de fatores de cada região. A partir da ocupação do novo espaço geográfico no nordeste do estado, mais adaptado para reprodução de sua dinâmica interna, logo a política se adaptou ao novo sistema incorporando as necessidades e anseios dos empresários (e aqui se pode pensar que a apropriação dos resultados fosse um desses anseios) permitindo uma representatividade dessa classe por meio de políticos ligados aos seus interesses.

Portanto, a evolução da política catarinense pode ser interpretada à luz da hipótese de North de que ambientes seguros quanto à garantia de contratos são fundamentais para o desenvolvimento econômico. Em Santa Catarina, esse ambiente foi assegurado pela presença dos interesses dos industriais defendidos pela classe política que coadunava com suas ideias. E o papel desses políticos, muitas vezes eles mesmos empresários, foi fundamental para assegurar o ambiente de garantia desses interesses para o incentivo à geração de negócios e, portanto, de crescimento econômico.

4. Infraestrutura econômica

Outro avanço institucional decorrente do processo histórico influenciado pela dotação de fatores é o desenvolvimento de sistemas facilitadores do comércio. Essas instituições são adaptadas para minimizar os custos da atividade econômica predominante. Dessa forma, em ambientes mais rigorosos onde a autossuficiência é difícil, é maior a tendência a se desenvolverem sistemas mais complexos de transporte e de finanças, devido ao número elevado de trocas necessário para a manutenção da colônia em tais condições. Por outro lado, lugares com abundância de terras agriculturáveis, como o nordeste brasileiro, tendem a gerar ambientes isolados e autossuficientes por conta de incentivos econômicos da exploração em larga escala dessa condição.

Duas importantes instituições se desenvolvem, mostrando a influência da dotação de fatores: a integração dos transportes e o desenvolvimento do sistema financeiro local. Essas duas características permitem observar como a dotação de fatores está condicionando todo o caminho das instituições fundadas sobre essas bases. A presença de mecanismos de crédito dá

⁴ Figuras centrais na política catarinense no início do período republicano, tornando-se governadores, foram também os militares Lauro Müller e Felipe Schmidt, ambos estreitamente ligados à colônia blumenauense. (SEYFERTH, 1999.) Após a Revolução de 1930, o Planalto Lageano recupera sua preeminência política via a família Ramos durante todo o primeiro Governo Vargas.

exemplo de como uma sociedade evolui até o ponto de intensificar suas relações de maneira a inserir um importante fator motivador da economia em suas relações sociais. Dessa forma, lugares com maior disposição a desenvolver mercados de crédito tendem a apresentar melhores resultados no desenvolvimento de longo prazo, ao contrário de lugares onde a incerteza jurídica ou outros fatores que impeçam seu desenvolvimento atrasam a industrialização por não permitirem o casamento entre a poupança e o investimento.

A disposição espacial dos acessos a determinada região também são decorrentes do arranjo institucional vivido em determinado caso. No caso catarinense, a expansão da fronteira de atividades de monocultura exportadora fez com que as ligações se intensificassem com o principal mercado consumidor sem criar ramificações que explorassem as possibilidades internas. Por outro lado, mesmo regiões onde o acesso era mais difícil logo buscaram saídas para também se integrarem ao sistema nacional, no entanto com maiores ramificações internas advindas do sistema de ligação entre as diversas pequenas propriedades do Vale do Itajaí.

4.1 A integração dos transportes

Durante o período colonial, foram buscadas soluções que facilitassem a conexão com a metrópole. Por isso, a maioria das cidades foram estabelecidas em enseadas propícias à instalação de portos. Segundo CEAG (1980, p. 49), a fase de ocupação do litoral a partir da segunda metade do séc. XVII está relacionada com os objetivos da metrópole em estabelecer fortes como ponto de apoio para a ocupação territorial. O suporte aos postos avançados deveria se dar de forma interligada à metrópole para facilitar a manutenção dessas bases.

Por conta disto, não se intensificou a ligação com o interior por meio de estradas carroçáveis, pois as mesmas não eram necessárias para as atividades que eram desenvolvidas na colônia àquele tempo. Desta forma, a dotação de fatores influenciou no resultado futuro de falta de infraestrutura para a interiorização das colônias.

A ocupação do Planalto de Lages foi consequência do caminho de tropas entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, sem integração com as demais regiões de Santa Catarina. Posteriormente, quando o governo estadual buscou garantir suas fronteiras do oeste, as condições também eram propícias ao surgimento de um aparato que interligasse diretamente a área de produção da região ao mercado consumidor do Sudeste sem intensificar as ligações estaduais internas. Segundo essa visão, reforça-se a ideia de que as dotações de fatores influenciaram a concentração de terra observada na região do Planalto comparativamente ao

observado no Vale do Rio Itajaí e nordeste do Estado, como consequência do dos lucros da agropecuária de larga escala.

Portanto, desenvolveu-se no planalto, um sistema de transporte composto basicamente pelo caminho de tropas, no início, base da rodovia BR-116, muito depois, e pela Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, sistema esse integrador das economias gaúcha e paulista. A partir do caminho de tropas, o Planalto de Lages integra-se à produção pecuária. A Estrada de Ferro inseria naturalmente Santa Catarina e o oeste paranaense nessa nova fronteira agrícola (GOULARTI, 2002, p. 77). Como as terras eram pouco acidentadas e a mão-de-obra estava adaptada àquelas condições, pôde ocorrer a especialização na produção de produtos agrícolas, basicamente para consumo externo à própria região. Com isso, o desenvolvimento econômico de longo prazo esteve intrinsecamente ligado às condições iniciais enfrentadas pela colonização, e os resultados de suas instituições econômicas refletem essas condições por terem proporcionado um lugar com maior tendência à produção de monoculturas com produção relativamente concentrada.

Um desenvolvimento alternativo dos transportes ocorre no Vale do Rio Itajaí e na região do litoral sul,⁵ nos dois principais núcleos de colonização europeia não lusitana no Estado. Em ambas as regiões, o acesso era difícil, pois requeria certo grau de interiorização a partir do litoral. No Vale do Itajaí, isso foi conseguido pela fundamental navegabilidade do rio Itajaí, com apoio posterior da construção de estradas de rodagem e da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC).⁶ No sul, foi construída a Estrada Tereza Cristina, que apoiava a zona carbonífera. Essas ferrovias complementavam as estradas de rodagem, sendo a primeira e mais importante para a região de Joinville, a Estrada Dona Francisca, que integrou essa colônia ao sistema produtor paranaense de erva-mate, funcionando como ponto de processamento, comercialização, e escoamento. (CEAG, 1980, p. 87.)

Nos relatórios dos governadores, pode-se confirmar esse incentivo à integração dos transportes ocorrido em função das dotações descritas. A Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande corta o Estado de Santa Catarina no sentido norte-sul, tendo sido planejada ainda no Império e construída entre 1895 e 1910. Desta forma, o oeste se integra ao mercado brasileiro aproveitando suas dotações, que favoreceram no início a extração da madeira e o cultivo do

⁵ Rigorosamente, o litoral sul engloba as sub-regiões Centro-Sul e Sul da região do Litoral e Encostas do território catarinense, segundo a descrição de Victor A. Peluso Jr. (PELUSO, 1952).

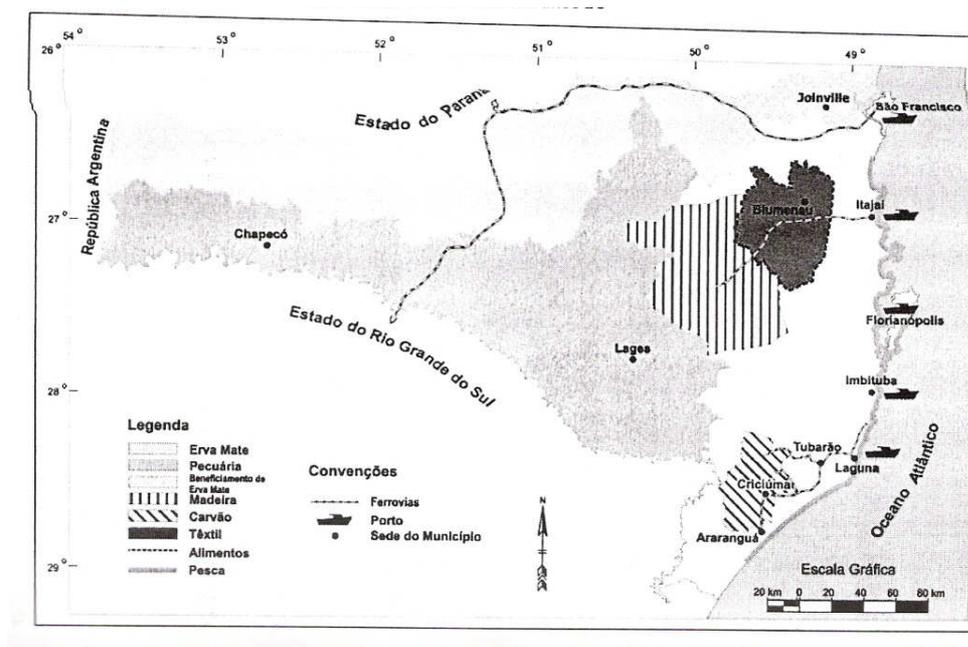
⁶ A EFSC buscava integrar o Vale do Itajaí ao porto de Itajaí e ao planalto. Contudo, a integração com o porto só ocorreu em meados dos anos 1950. A integração com o planalto nunca foi completada e hoje dela resta apenas um pequeno trecho.. (GOULARTI, 2008.)

mate. O sistema de transporte faz a conexão direta entre a região e o principal mercado consumidor do país. (GOULARTI, 2009.)

Apesar de terem sido fundadas num sistema bem mais voltadas para seus próprios mercados do que as demais regiões, as colônias europeias não lusitana não se diferenciaram muito do resto do Estado ao terem também buscado a interligação com o mercado central do país. Portanto, neste caso as dotações de fatores não foram tão fundamentais para o arranjo institucional dos transportes quanto foram nos Estados Unidos, onde a interiorização foi incentivada pela necessidade de interconexão entre os diversos pequenos mercados internos.

No caso catarinense, o que aconteceu, e talvez por isso haja um elevado grau de correlação entre o desenvolvimento de novas fábricas no nordeste catarinense e no resto do Brasil, foi a busca dos imigrantes por se inserirem no mercado nacional, e não apenas acumulando internamente com base em mercados locais. Por meio desse argumento pode-se concordar com a tese sobre o crescimento articulado. Essa articulação foi possível porque a dotação de fatores facilitava, via escoamento pelo Rio Itajaí, a integração das colônias recém-fundadas na dinâmica nacional, o que fez com que elas tivessem um elevado grau de complementaridade com o crescimento econômico brasileiro.

O Mapa 2 identifica as principais obras de integração dos transportes empreendidas na época, dando ênfase ao tipo de fluxo que cada obra visava atender. A Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande é o exemplo mais forte de tentativa de integração com o mercado paulista. No caso contrário, está o Rio Itajaí que facilitou a integração interna das colônias que se instalaram ao longo de seu curso, assim como facilitou o acesso aos portos que atendiam à necessidade de ampliação dos mercados para as mercadorias da região. A Estrada de Ferro Santa Catarina surgiu como complemento ao Rio Itajaí, tendo sido funcional apenas para integração do mercado interno das colônias do vale. Portanto, mesmo que o tipo de dotação de recursos não tenha sido tão significativo quanto nos Estados Unidos, ele proporcionou um avanço dos transportes que levaram a um maior grau de relações internas no Vale do Itajaí do que no Oeste.



Mapa 2 - Principais estradas e portos de Santa Catarina nos anos 1910
 Fonte: Goularti Filho (2002, p. 489).

Com isso, espera-se entender melhor as consequências deste modelo de integração para o desenvolvimento de Santa Catarina. As quatro regiões com colonização e dotações mais diferenciadas, litoral, planalto lageano, meio oeste e vales de migração europeia não lusitana, desenvolveram ambientes institucionais distintos, mas todas evoluíram para um ambiente de maior integração ao espaço nacional. Isso propiciou a presença de grupos com forte presença no mercado nacional e dessa forma isso permitiu que o Estado conseguisse acompanhar o processo de início de industrialização de outras regiões do país.

Portanto, essa visão fundamenta-se em como as dotações de fatores permitiram que Santa Catarina se inserisse entre os estados brasileiros que conseguiram promover algum tipo de industrialização por volta da virada do século XX. Sem essas condições internas, provavelmente a dinâmica poderia resultar em arranjos que não permitissem essa inserção no mercado nacional.

4.2 O surgimento de instituições financeiras

No desenvolvimento americano, aponta-se como um dos principais fatores para a manutenção de longos períodos de crescimento a presença de instituições financeiras que apoiavam o investimento num arranjo de mutualismo em que os ganhos ocorriam para toda a sociedade. Para que o nível de investimento se mantivesse elevado, era necessário um arranjo financeiro que apoiasse todo o sistema. O sistema financeiro local desenvolvido e presente na maioria das cidades impulsionou os investimentos nas colônias com essas instituições

(RATNER; SOLTOW; SYLLA, 1979). Portanto, a presença de bancos e casas de crédito é fundamental para que se estabeleça algum nível de industrialização, e nos Estados Unidos a presença maciça dessas instituições esteve relacionada com a sua dotação de fatores.

As colônias americanas nortistas surgiram como um empreendimento voltado para as condições internas da nova sociedade, em vez de se inserir no pacto colonial com a Inglaterra. O isolamento e a necessidade fizeram com que se criassem forças internas que incentivavam as trocas devido aos benefícios mútuos do comércio. O clima, o relevo e os recursos naturais foram determinantes nessa necessidade de a sociedade se especializar em trocas para sobreviver no ambiente hostil. Por conta dessas relações internas intensas estimulou-se nessas colônias o sistema de crédito que abria as possibilidades de exploração do capital. Esse sistema deu novo impulso à revolução industrial americana que se beneficiou do chamado capital financeiro para empreender e aumentar as possibilidades de ganho do capital.

Em Santa Catarina, as condições de dotações de fatores não se diferenciavam em muitos pontos da parte norte dos EUA e do sul do Canadá. As condições de colonização europeia não lusitana pareciam imitar a experiência de sucesso americano, incluindo o uso de companhias privadas de colonização. Como as características das dotações eram parecidas, também se deu logo no início do povoamento das colônias do Vale do Itajaí a presença de casas de crédito, ou instituições bancárias embrionárias, que buscavam suprir as necessidades financeiras das colônias catarinenses de modo análogo ao que havia acontecido nas colônias inglesas da América do Norte.

Como as colônias tinham um sistema onde parte do lucro ficava para o reinvestimento das firmas da região, era benéfica uma diminuição da ociosidade deste capital por meio dos mecanismos do sistema financeiro. Isso permitiu que se evoluísse de uma situação baseada no escambo para trocas relativamente sofisticadas em mercados financeiros.

Beatriz Pellizetti destaca o surgimento de uma instituição desse tipo em Rio do Sul, cidade polo da região do Alto Vale do Itajaí. Essa instituição evoluiu a partir do sistema de colônia-venda onde o migrante trocava seus excedentes no sistema de escambo. Conforme o excedente aumentava foi se tornando viável a constituição de uma cooperativa de crédito ou casas de crédito que permitiam fazer a criação de moeda fiduciária num sistema com direitos de propriedade relativamente garantidos, de risco sistêmico baixo. (PELLIZETTI, 1985.)

Por isso, pode-se argumentar que a dotação inicial do Vale do Itajaí resultou na evolução de instituições no mínimo peculiares em relação ao resto do país. O Brasil somente conseguiu regulamentar o sistema financeiro nacional, para uma ampla utilização do *open market*, na década de 1960. Isso foi resultado da pequena necessidade do uso de papel moeda

no sistema colonial onde as trocas podiam ser facilmente realizadas por escambo e pelas proibições e restrições à atividade bancária. Portanto, apesar de soluções locais, não havia no país um avanço sólido na intensificação do uso de papel moeda e títulos.

No entanto, essa situação descrita acima começou a se alterar a partir de 1888. O governo começa a ceder concessões para a abertura de novas casas de crédito. Isso incentiva um rápido crescimento na emissão de títulos que promovem o endividamento, mas em contrapartida permitem a inversão de quantias que não estariam disponíveis para o investimento. Essa expansão do crédito possibilitou o aumento dos investimentos na indústria têxtil (HABER; KLEIN, 1997, p. 150).

Deste modo, o nordeste catarinense pôde-se inserir nessa fase de ampliação do crédito, pela ampliação do mercado e maior lucratividade do sistema de colônia-venda. As regiões de colonização europeia não-lusitana experimentaram um arranjo distinto do que foi experimentado pelo planalto e pelo litoral, que é bastante próximo ao que ocorria na maior parte das regiões mais especializadas no comércio externo de commodities. Como visto, o sistema colonial tentado no Estado, dadas suas dotações de fatores específicas, evoluiu para um sistema onde predominava o financiamento local.

Portanto, em relação ao sistema financeiro, buscou-se também mostrar os principais fatores em que parece haver influência significativa das dotações de fatores no desenvolvimento institucional do estado. Com os argumentos das dotações de fatores busca-se ancorar a realidade atual ao ambiente evolucionário ao qual certo arranjo foi submetido, por isso o entendimento das instituições no contexto evolucionário podem ajudar a desvendar novos horizontes para a interpretação de como se deu a formação econômica de Santa Catarina.

5. Considerações finais

Em síntese, buscou-se evidenciar os principais aspectos institucionais que puderam ter recebido influências das dotações de fatores do Estado e por isso se desenvolveram de forma específica e condicionada pela história e situações que tornaram a evolução de determinando arranjo institucional mais favorável que outros. De modo geral, pode-se resumir a argumentação apresentada acima de forma a buscar as especificidades de cada região dentro do estado de Santa Catarina. Assim, o litoral pode ser caracterizado por apresentar dotações geográficas bastante favoráveis à implementação de atividades exploratórias de caça e pesca dada a abundância destes fatores. O Planalto de Lages e o meio oeste se inseriram na atividade agropecuária de larga escala em áreas com facilidades de escoamento,

complementando o sistema produtivo da bacia do Rio da Prata e do Estado do Rio Grande do Sul. Nestes lugares, o desenvolvimento das forças políticas levava a uma dinâmica interna que pouco favorecia o surgimento de mercados locais devido à elevada concentração de riquezas.

No entanto, Santa Catarina ainda contava com um terceiro tipo de região com dotações específicas que permitiram um desenvolvimento institucional mais dinâmico. Nos vales de imigração europeia não lusitana, a dificuldade de implantação de monoculturas, deixou como alternativa a pequena propriedade e o comércio. Aliado aos interesses governamentais, essa dotação causou um maior nível de relacionamento comercial que se reverteu na possibilidade de a região ingressar no processo de industrialização que se firmava nacionalmente no final do século XIX.

Como o litoral e o planalto ofereciam boas oportunidades para investimentos em atividades extrativistas ou de monocultura as forças políticas e as instituições por elas moldadas evoluíram de forma a sustentar este tipo de atividade. O povoamento esparsa influenciou na distribuição de terras, e a ligação comercial predominantemente com o exterior da região não foram capazes de oferecer incentivos para investimentos privados intensos em indústrias ou atividades comerciais locais.

Por outro lado, áreas do Estado de difícil acesso e de difícil utilização para monoculturas receberam usos alternativos, fundados em novo sistema mais igualitário na distribuição da terra e com mais força interna nas relações comerciais. Esse ambiente foi fortemente influenciado pelas dotações iniciais que não permitiram que ali evoluíssem formas de acumulação de capital integradas ao sistema monocultor-extrativista. Dado esse isolamento inicial da região nordeste catarinense, foi possível o desenvolvimento de núcleos comerciais que puderam utilizar de suas vantagens para se inserirem na competição pelo mercado externo à região. Em consequência disso, viabilizaram ganhos de produtividade que tornaram o caso da industrialização têxtil catarinense bastante específico no contexto das primeiras tentativas de industrialização brasileira no final do século XIX e início do século XX.

Além disso, buscou-se argumentar como as dotações iniciais influenciaram na evolução de determinadas instituições político-econômicas. Buscou-se mostrar o papel do empresariado ao interagir com políticos de sua região na construção de um ambiente de negócios mais favorável. Um dos políticos destacados mais proeminente foi Hercílio Luz. Essa vontade estatal em assegurar um clima favorável aos investimentos, inclusive por meio de investimentos em obras de infraestrutura, foi decisiva nos resultados colhidos pela região em conseguir manter um elevado índice de competitividade por meio da constante inserção de suas indústrias no mercado brasileiro e internacional.

Pode-se por último afirmar que o processo de colonização e formação econômica de Santa Catarina não se deu de forma homogênea e que as dotações geográficas foram fundamentais na evolução histórica e no tipo de especialização de cada uma das regiões do estado. Portanto, ao se estudar o processo de formação de Santa Catarina há uma enorme gama de possibilidades que podem ser exploradas como sequência deste trabalho. As instituições do planalto podem ser comparadas com as de outros estados do sul do Brasil e até mesmo como uma forma de inserção ainda maior do complexo pecuário que se estende da foz do Rio da Prata na Argentina ao Mato Grosso do Sul no Brasil.

As decisões judiciais e seus viés a favor dos empresários do nordeste do Estado também poderia ser um teste a ser submetido a uma extensão possível deste trabalho, enfocando a presença e a dimensão dos custos transacionais nas regiões do Estado, e se havia alguma inclinação para decisões favoráveis a determinada região.

No entanto, o que procurou se mostrar foi a importância de se entender o processo de formação de Santa Catarina como um processo complexo que não pode ser visto sob uma só ótica, pois efeitos diversos e muitas vezes contraditórios levaram suas regiões a se desenvolverem de forma específica como discutido ao longo do trabalho. Por isso, entender a evolução e seus determinantes como apontados pelas teorias institucionalista e das dotações de fatores podem ajudar a entender como, num processo econômico evolucionário e levando-se em consideração as condições específicas da história e geografia de cada região, as organizações se relacionam para atender ao objetivo comum do lucro que se torna benéfico para todo o sistema ao proporcionar investimentos e empregos na atividade produtiva.

6. Referencias bibliográficas

AMARAL, Thiago Periard do; SANSON, João Rogério. **Uma revisão das principais interpretações sobre o desenvolvimento catarinense à luz da teoria institucionalista e das dotações de fatores**. Florianópolis, Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, 2008. 15 p. (Texto para Discussão, nº 7/2008.)

AX-WILHELM, Michael; SANSON, João Rogério. O imigrante germânico e o desenvolvimento econômico de São Pedro de Alcântara e Blumenau. **Atualidade Econômica**, Florianópolis, ano 14, n. 41, p. 9-12, 2002.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.

CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC, 1980.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Provincial presidential reports (1830 – 1930): Santa Catarina**. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 20 jan. 2011.

ENGERMAN, Stanley; SOKOLOFF, Kenneth. Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among New World economies: a view from economic historians of the United States. In: Haber, Stephen (org.). **How Latin America fell behind: essays on the economic history of Brazil and Mexico, 1800 to 1914.** Stanford: Stanford University Press, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional. 1989.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides. Expandir para desativar: a Estrada de Ferro Santa Catarina na formação econômica do Vale do Itajaí. **História e Economia**, São Paulo, v.4, n.1, p.111-132, 1.º semestre 2008

GOULARTI FILHO, Alcides. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v.24, n.48, p.103-128, jul./dez. 2009.

GOVERNADORES de Santa Catarina: 1739/1993. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25 nov. 1993. Caderno especial.

HABER, Stephen.; KLEIN, H. The economic consequences of Brazilian independence. In: Haber, Stephen (org.). **How Latin America fell behind: essays on the economic history of Brazil and Mexico, 1800 to 1914.** Stanford: Stanford Univ. Press, 1997.

LIMA, Juliana Daldegan. **Surto de industrialização do setor têxtil a partir de 1880: um estudo comparativo entre Blumenau e o resto do Brasil.** Florianópolis: 2003. Monografia (Bacharelado em Economia) - UFSC.

MACHADO, Ricardo. Propriedade e mobilidade em Blumenau no século XIX. **Blumenau em Cadernos**, v.48, n.11/12 (edição especial 50 anos), p.115-140, nov./dez.2007.

NORTH, Douglass C.; THOMAS, Robert P. **The rise of the Western World: A new economic history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz: governador inconfundível.** Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

PELLIZETTI, Beatriz. **Um banco de imigrantes em Santa Catarina.** Blumenau: Casa Dr. Blumenau. 1985.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **O relevo do território catarinense.** Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1952. (Série 1, publicação 3). Reimpresso in: Peluso Júnior (1991a, p.15-66).

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC Ed. /Ed. da UFSC, 1991a.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC. 1991b.

RATNER, Sidney; SOLTOW, James H.; SYLLA, Richard. **The evolution of the american economy: growth, welfare and decision making.** New York: Basic Books. 1979.

RENAUX-HERING, Maria Luiza. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí.** Blumenau: FURB, 1987.

RICHTER, Klaus. **A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau.** Blumenau; Florianópolis: FURB/UFSC. 1992.

ROSENBERG, Nathan; BIRDZELL Jr., L.E. **A história da riqueza do Ocidente**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **Mana**, v.5, n.2, p.61-88, 1999.

SOKOLOFF, Kenneth; ENGERMAN, Stanley. Institutions, factor endowments, and paths of development in the New World. **Journal of Economics Perspectives**, n.3, v.14, p.217-232, Summer 2000.